

# Brasília, capital ou metrópole?

## O planejamento do Distrito Federal e de sua região na década de 1970<sup>1</sup>

Maria Fernanda Derntl\*

**Resumo** Este artigo examina algumas das principais determinações planejadas para o Distrito Federal na década de 1970, com o objetivo de situá-las num processo contínuo de proposições e debates acerca daquele território, em articulação com planos para a região e o país. A análise baseia-se em planos já apontados como marcos desse período e também em uma série de estudos e propostas, ainda pouco estudados, para controlar a urbanização no DF. Essa análise leva a ver que princípios do planejamento inicial de Brasília – baseado em um núcleo central separado de cidades satélites por uma faixa sanitária – foram reafirmados e reelaborados ao longo daquele período, ao mesmo tempo em que se percebiam graves problemas nas dinâmicas urbanas da capital. Entre as questões levantadas nas discussões desse período, destaca-se aqui a de um aparente conflito entre o papel de Brasília como capital e sua já então visível expansão como metrópole.

*Palavras-chave:* Brasília (DF), planejamento urbano-regional (história), capital, metrópole, cidades satélites.

### Brasília, ¿Capital o Metrópoli? La Planificación del Distrito Federal y su Región en la Década de 1970

**Resumen** Este artículo examina algunas de las principales determinaciones planificadas para el Distrito Federal en la década de 1970, con el objetivo de situarlas en un proceso continuo de proposiciones y debates sobre su territorio, en conjunto con los planes para su región y el país. El análisis se basa en planes ya identificados como hitos de ese período y también en una serie de estudios y propuestas, aún en gran medida no estudiados, destinados a controlar la urbanización en el Distrito Federal. El análisis revela que los principios de planificación inicial de Brasília, basados en un núcleo central separado de ciudades satélite por una franja sanitaria, fueron reafirmados y reelaborados a lo largo de ese período, mientras se notaban graves problemas en la dinámica urbana de la capital. Entre las cuestiones planteadas en las discusiones en este período, una destacada aquí es el aparente conflicto entre el papel de Brasília como capital y su ya visible expansión como metrópolis.

*Palabras clave:* Brasília (DF), planificación urbano-regional (historia), capital, metrópolis, ciudades satélite.

### Brasília, capital or metropolis? The Planning of the Federal District and Its Region in the 1970s

**Abstract** This article delves into some of the key planned determinations for the Federal District in the 1970s, aiming to contextualize them within an ongoing process of proposals and debates concerning that territory, in alignment with plans for its region and the nation. The analysis draws upon plans previously identified as pivotal during that era, as well as a range of studies and proposals, which have received limited attention, aimed at managing urbanization in the Federal District. Through this examination, it becomes apparent that the foundational principles of Brasília's initial planning – characterized by a central core segregated from satellite cities by a green belt – were both reaffirmed and reshaped over the course of that period, all while significant issues of the urban dynamics of the capital were recognized. Notably, among the discussions of the time, one prevalent issue emerges: the apparent tension between Brasília's role as a capital and its already conspicuous development as metropolis.

*Keywords:* Brasília (DF), urban-regional planning (history), capital, metropolis, satellite towns.

**B**oa parte dos estudos sobre Brasília deteve-se na arquitetura e no traçado urbano modernistas construídos sob o governo Juscelino Kubitschek (1956-61). Em meados dos anos de 1980, porém, as discussões sobre Brasília renovaram-se com a constatação de que a capital se tornara uma peculiar metrópole, baseada em atividades terciárias e quaternárias (PAVIANI, 2010). Mais recentemente, Brasília, ao lado do Rio de Janeiro, foi reconhecida como metrópole nacional na segunda posição hierárquica, apenas depois de São Paulo (IBGE, 2020). Este artigo assinala que a percepção do fenômeno de metropolização da capital emergiu já na década de 1970 e despertou o temor de que o papel político-administrativo da capital fosse colocado em risco.

O artigo mostra que, depois da inauguração de Brasília em 1960 e, principalmente, depois do golpe militar de 1964, houve intenso esforço no sentido de controlar a urbanização do DF e prever sua expansão. Para isso, a análise revisita alguns planos já apontados como marcos do planejamento daquele território, tais como o Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal (Planidro, 1970), o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb, 1975) e o Plano Estrutural de Organização Territorial do DF (Peot, 1977). Também traz à luz um conjunto de propostas e registros de discussões que ainda não foram abordados de modo detido pela historiografia e nos permitem acompanhar o desenrolar de um processo contínuo de planejamento do DF, em articulação com planos para a região e o país. Essa análise leva a ver que princípios do planejamento inicial de Brasília – baseado em um núcleo central separado de cidades satélites por uma faixa sanitária – foram sendo reafirmados e reelaborados ao longo da primeira década da capital, ao mesmo tempo em que se percebiam graves problemas em suas dinâmicas urbanas. A intenção é, enfim, ir além da abordagem mais usual de Brasília como experiência excepcional do modernismo sob o governo de Juscelino Kubitschek, para abordar o modo como a organização de seu território foi sendo concebida e planejada sob a ditadura civil-militar.

### Da inauguração ao zoneamento sanitário de 1970

Após a euforia da inauguração de Brasília e o fim do governo JK, seguiu-se um período de forte instabilidade política no país, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, a posse de seu vice João Goulart e o golpe militar em abril de 1964. Já em abril de 1960, o Distrito Federal passou a ser administrado por prefeitos, até que, em 1969, instituiu-se o cargo de governador. Desde 1960, tais cargos foram preenchidos por homens indicados pelo Presidente da República, até a realização de eleições diretas no DF a partir de 1990. Ainda em 1960, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), criada em 1956 para planejar e gerir a construção da capital, teve algumas de suas atribuições transferidas para a prefeitura do DF. Depois do golpe de 1964, o Distrito Federal foi reestruturado e estabeleceu-se um modelo de descentralização da sua gestão baseado em regiões administrativas, as atuais RAs (Lei no 4.545, de 10 de dezembro de 1964). A mesma lei criou empresas públicas e autarquias em

<sup>1</sup> Este trabalho contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq)

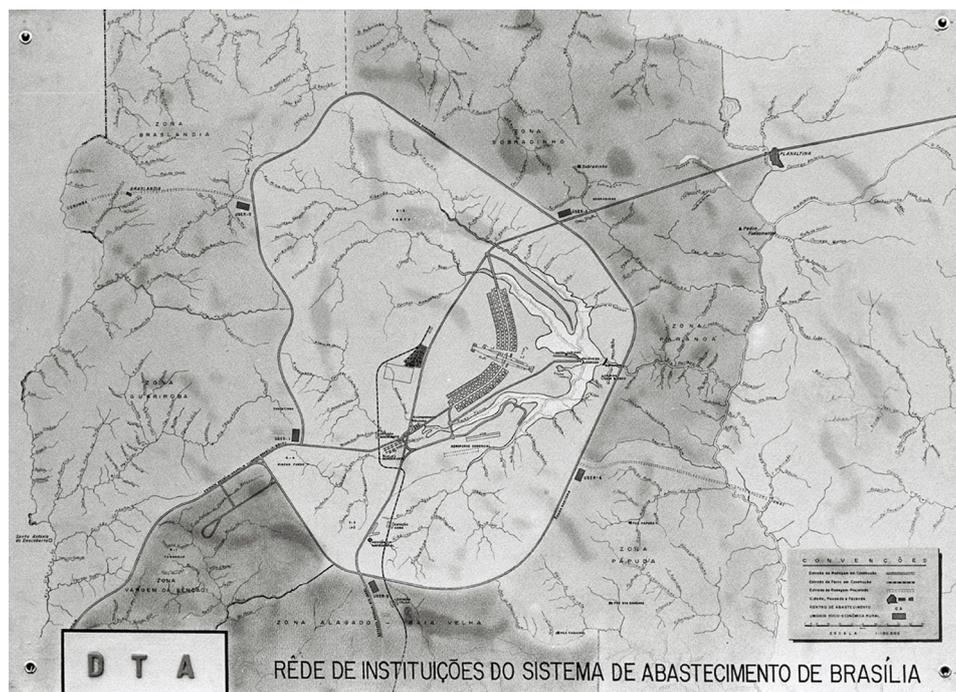
\* Maria Fernanda Derntl é Arquiteta e Urbanista, Professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UNB, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-8083-1274>>.

vários setores, como, por exemplo, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e dispôs uma estrutura de Secretarias, entre as quais a Secretaria de Viação e Obras, a que a Novacap foi subordinada. As iniciativas de planejamento conduzidas nos anos de 1970 no Distrito Federal tiveram por base esse arcabouço institucional estabelecido em 1964, mas, como se pretende demonstrar, viriam manter princípios dos planos fundadores de Brasília.

Um elemento fundamental da organização territorial do DF, continuamente evocado em vários planos da década de 1970, foi a bacia hidrográfica do Lago Paranoá. A ideia de manter uma área não urbanizada em torno do Lago – e do próprio Plano Piloto – havia sido aventada em estudos anteriores mesmo ao início da construção da capital em 1956. Em Relatório de 1955, o engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho apresentou diretrizes para um Plano de Esgotos, entre as quais estava a recomendação de manter faixas *non aedificandi* e delimitadas por *parkways*, em torno de cursos d'água, com intuito de garantir o suprimento de água da nova capital. (COMISSÃO de Cooperação para Mudança da Capital Federal, 1955, p. CO84). Três anos depois, entre as medidas iniciais da Novacap para organização do território do DF, definiu-se uma “faixa sanitária”, delimitando a área da bacia do Lago Paranoá e estabelecendo que ali não deveria haver ocupação urbana (BRASÍLIA, 1958, p. 23-24). A faixa sanitária foi representada em um mapa elaborado por volta de 1958 para organização do sistema de abastecimento do DF (Fig. 1).

Como parte de um conjunto de determinações legais estabelecidas para Brasília depois de 1964, o Código Sanitário de 1966 reiterou a preservação da bacia do Lago Paranoá, proibindo que se construíssem ali núcleos habitacionais que não tivessem sistema de esgoto. Além disso, autoridades sanitárias deveriam ser consultadas em ações de zoneamento e urbanização. Estabeleceram-se ainda medidas para garantir a saúde pública e prevenir enfermidades, envolvendo desde o controle de água, dejetos e lixo até padrões para moradias e logradouros públicos, além de programas de controle de alimentos e de assistência à saúde (Lei nº 5.027, de 14 de junho de 1966). Três anos depois, novas determinações legais basearam-se na delimitação da bacia do Paranoá pela faixa sanitária para organizar o aproveitamento das terras do DF em três grandes áreas: a metropolitana (abrangendo apenas o Plano Piloto e seu entorno imediato), a dos núcleos satélites e a rural (Decreto 1052, de 29 de julho de 1969). Essa maneira de definir a área metropolitana parece similar à adotada nos Estados Unidos desde 1910 e reiterada ao longo da primeira metade do século 20, com intuito de distinguir, naquele caso para fins estatísticos, a população urbana situada na cidade central e suas adjacências da população rural circundante (BERRY, 1967).

Como se vê, nesse conjunto de instrumentos de planejamento e gestão do DF, há elementos de um ideário sanitário no qual questões de saúde interligam-se ao controle da urbanização. Desde as primeiras décadas do século 20, saberes médico-sanitários tinham tido forte peso em estudos que viriam definir o lugar mais propício para a construção da nova capital no interior do país e, sob JK, orientaram ações do governo para superar uma condição – então percebida como sendo interrelacionada – de doença e subdesenvolvimento (VIEIRA, 2007). A referência a elementos do sanitário permanece em planos e determinações legais para Brasília ao longo dos anos 1960 e 70, mas vai ganhando novas conotações à medida em que o saneamento se afirma como setor especializado e prioritário para o governo federal.



**Figura 1:** Departamento de Terras e Agricultura da Novacap. Rede de instituições do sistema de abastecimento de Brasília, ca. 1958. A faixa sanitária delimita a área central (em cinza claro) e coincide com o traçado da Estrada Parque do Contorno. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

Depois de 1964, a expansão do serviço de saneamento básico passou a ser uma das principais orientações de planos federais (ALMEIDA, 1977). A partir de 1971 e até 1992, esteve em vigor o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), voltado para a universalização do saneamento básico em núcleos urbanos e baseado num modelo centralizado em que o BNH tinha função normativa, fiscalizadora e de financiamento; por sua vez, a prestação de serviços deveria caber a companhias estaduais de água e esgotos (OLIVEIRA, 2001). Essa política centralizada favoreceu grandes obras de saneamento conduzidas por empresas privadas e caracterizou-se pela disparidade entre, de um lado, a expansão dos serviços de água e, de outro, a expansão, muito aquém da meta, de redes de esgoto (JORGE, 1992; BIER, PAULANI, MESSEMBERG, 1988; CAMPOS, 2021).

Ainda antes da implementação do Planasa (a que Brasília iria aderir em 1977), veio à luz o Plano Diretor de Água, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal, que se tornou conhecido pelo nome da empresa paulista de engenheiros e consultores que o realizou, Planidro. Esse Plano é frequentemente mencionado na bibliografia sobre Brasília como marco em seu processo de planejamento (OLIVEIRA, 2008; BRITO, 2010; FARRET, 2016). No entanto, ainda não foi analisado de modo mais detido, talvez pela dificuldade de se encontrar sua versão completa. O Planidro foi elaborado a pedido da Companhia de Água e Esgoto de Brasília (CAESB, criada em 1969) e da Secretaria de Viação e Obras do DF. Sua elaboração foi chefiada pelo engenheiro José M. de Azevedo Netto, que havia sido responsável por uma série de outros planos dessa natureza elaborados para cidades brasileiras na década de 1970.

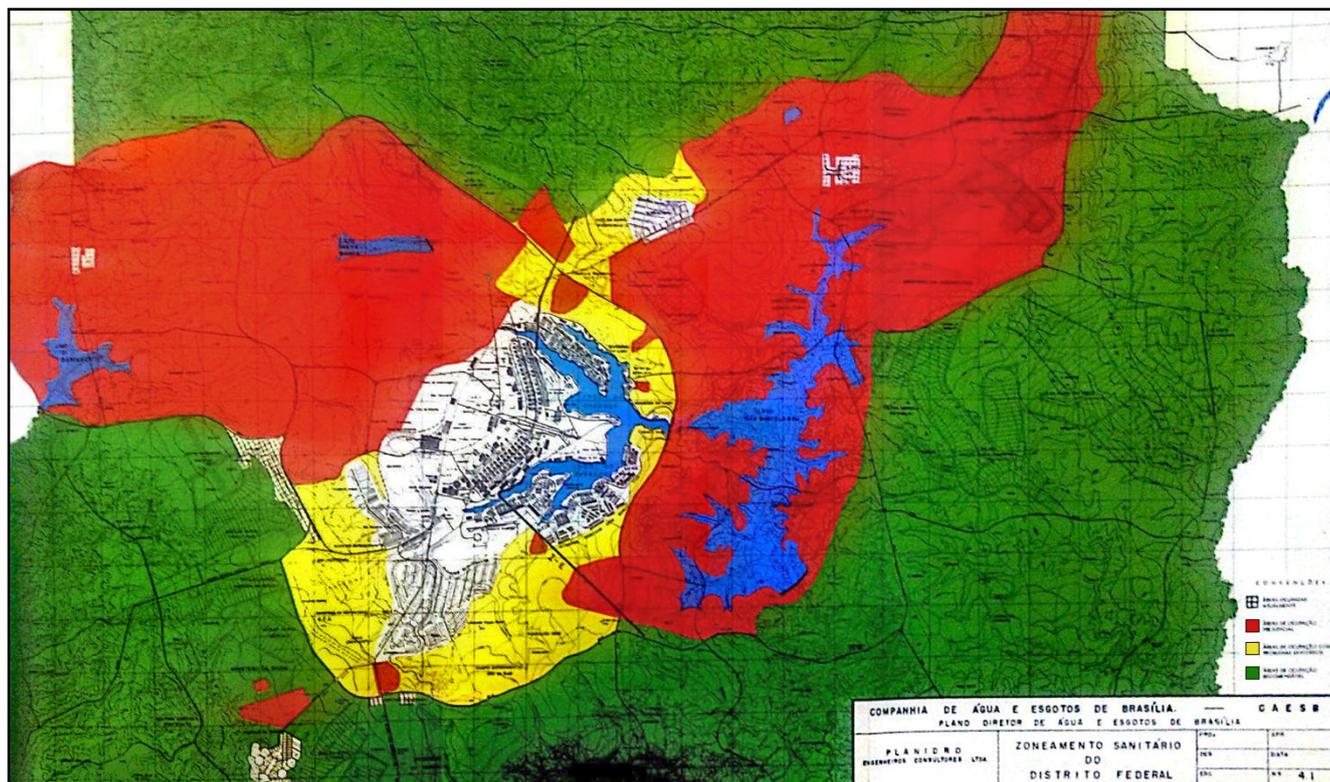
O Planidro tinha como objetivo indicar soluções para suprimento de água e disposição de esgoto e evitar a poluição dos corpos d'água do Distrito Federal. O Plano alude a um "sistema moderno", adotado em vários países, de criação de uma entidade única

para controle de poluição de toda uma área referenciada em uma bacia hidrográfica, atribuindo a Companhia de Água e Esgoto esse papel (CAESB, 1970, s.p.). Tal concepção de planejamento com base em uma bacia hidrográfica remete a anteriores experiências no contexto norte-americano, sobretudo à atuação da Tennessee Valley Authority, criada em 1933 sob Franklin D. Roosevelt e difundida em meios técnicos do Brasil a partir da década de 1940 (CHIQUITO, 2016).

Uma proposta expressa no Planidro e depois retomada ao longo da década de 1970, porém nunca realizada, foi a construção de um novo lago artificial, a leste do Lago Paranoá, por meio do represamento do rio São Bartolomeu. A ideia de inundar uma área para criar essa reserva adicional de abastecimento de água já vinha sendo aventada desde pelo menos 1966 (SETTI, 2005). A criação desse reservatório foi também recomendada pela Novacap em 1969 e, no mesmo ano, estabeleceu-se área a ser desapropriada para construção da sua barragem (Decreto 1087, de 21 de agosto de 1969). O Planidro também recomendou a construção de uma barragem do rio Descoberto, a oeste, para criar um sistema de abastecimento de água para o Plano Piloto e para Taguatinga, Gama, Guará e núcleos lindeiros a Estrada Parque do Contorno. O Planidro salientou que o Lago Paranoá, por sua vez, não deveria receber águas residuais e seria inteiramente preservado, dado seu valor como “elemento decorativo e recreacional” (CAESB, 1970, s. p.).

O principal instrumento proposto no Planidro, depois retomado em vários planos subsequentes, foi um “zoneamento sanitário” exposto em mapa (Figura 2). Ali se indicam, com base em critérios de preservação dos recursos hídricos, “áreas de ocupação prejudicial”

**Figura 2:** Mapa do zoneamento sanitário do Distrito Federal. Em branco, áreas já ocupadas; em vermelho, áreas de ocupação prejudicial; em amarelo, áreas de ocupação com problemas sanitários; em verde, áreas de ocupação recomendável. Fonte: CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília. *Plano Diretor de Água, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal*. Brasília, DF: CAESB, 1970.



(em vermelho no mapa), abrangendo as bacias dos planejados Lagos Descoberto e São Bartolomeu e também os mananciais que abasteciam o Plano Piloto e as cidades satélites de Sobradinho e Gama; “áreas de ocupação com problemas sanitários” (em amarelo), situadas no entorno imediato do Plano Piloto; e, por fim, em verde, à distância do Plano Piloto e nas bordas do DF, “áreas de ocupação recomendável”.

Esse zoneamento reafirma a ocupação do território do DF balizada pela bacia sanitária do Paranoá e também pelas novas bacias, ali propostas, para os Lagos São Bartolomeu e do Descoberto. Em lugar de circunscrever uma área não urbanizável no entorno imediato do Plano Piloto, como havia determinado a Novacap em 1958, o Planidro define uma “área de ocupação com problemas sanitários” (em amarelo), ou seja, ali seria permitida alguma ocupação, desde que houvesse sistema de esgoto adequado. Pode-se depreender que, desse modo, evitavam-se, naquela área ao redor do Plano Piloto, ocupações precárias e irregulares, mas era possível admitir uma ocupação então já existente a leste do Lago Paranoá e a sudoeste do Plano Piloto, onde o Núcleo Bandeirante havia se fixado em 1961 e o setor de Mansões suburbanas, denominado Parkway, tinha se consolidado. Apenas numa área a noroeste do Plano Piloto, onde estão a Lagoa Santa Maria e o Parque Nacional, tanto a determinação inicial da Novacap como o Planidro coincidiam em proibir qualquer ocupação. Ainda assim, considerando todo o território do DF, o Planidro veio impor uma área muito mais extensa de restrição à ocupação urbana (em vermelho) do que aquela prevista na legislação anterior.

A elaboração do Planidro expressa orientações da política de saneamento estabelecida nacionalmente desde fins dos anos 1960. No novo modelo de gestão federal, o saneamento foi desvinculado do setor de saúde, afastou-se do ideário do sanitarismo e ficou sob a égide do Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Questões ambientais foram sendo incorporadas ao saneamento, aliadas à imposição, desde fins dos anos de 1960, de normativas federais para controle da poluição, entendida principalmente como problema afeito à área de engenharia (BARROCAS, MORAES, SOUSA, 2019). Para Marília Peluso e Lúcia Cidade (2014), além da preocupação com os recursos hídricos, o Planidro teria vindo reforçar disposições anteriores de preservação do patrimônio natural – tal como do Parque Nacional de Brasília (1961) – significando assim uma “antevisão das políticas ambientais da década de 1970 e 1980”. Em contraste, embora reconhecendo que o Planidro fez um alerta precursor sobre as limitações no uso dos recursos hídricos do DF, Ignez Ferreira e Marília Steinberger (2012) consideraram que as preocupações ambientais ali expostas seriam uma “falácia” face ao propósito de segregação socioespacial. Nesta análise, por sua vez, entendemos que as disposições do Planidro foram parte de um contexto de crescente atenção à poluição do meio ambiente; por outro lado, também é possível depreender que a questão ambiental foi ali instrumentalizada para manter o Plano Piloto insulado e à distância de bairros pobres.

## Novos planos para o DF: a atuação da Codeplan

A já mencionada Lei 4.545 de 1964 foi responsável por criar empresas públicas em diferentes setores no DF, entre as quais a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), que viria atuar continuamente no levantamento e sistematização de dados sobre o DF, além de formular uma série de planos e estudos.<sup>2</sup> Em 1969, a

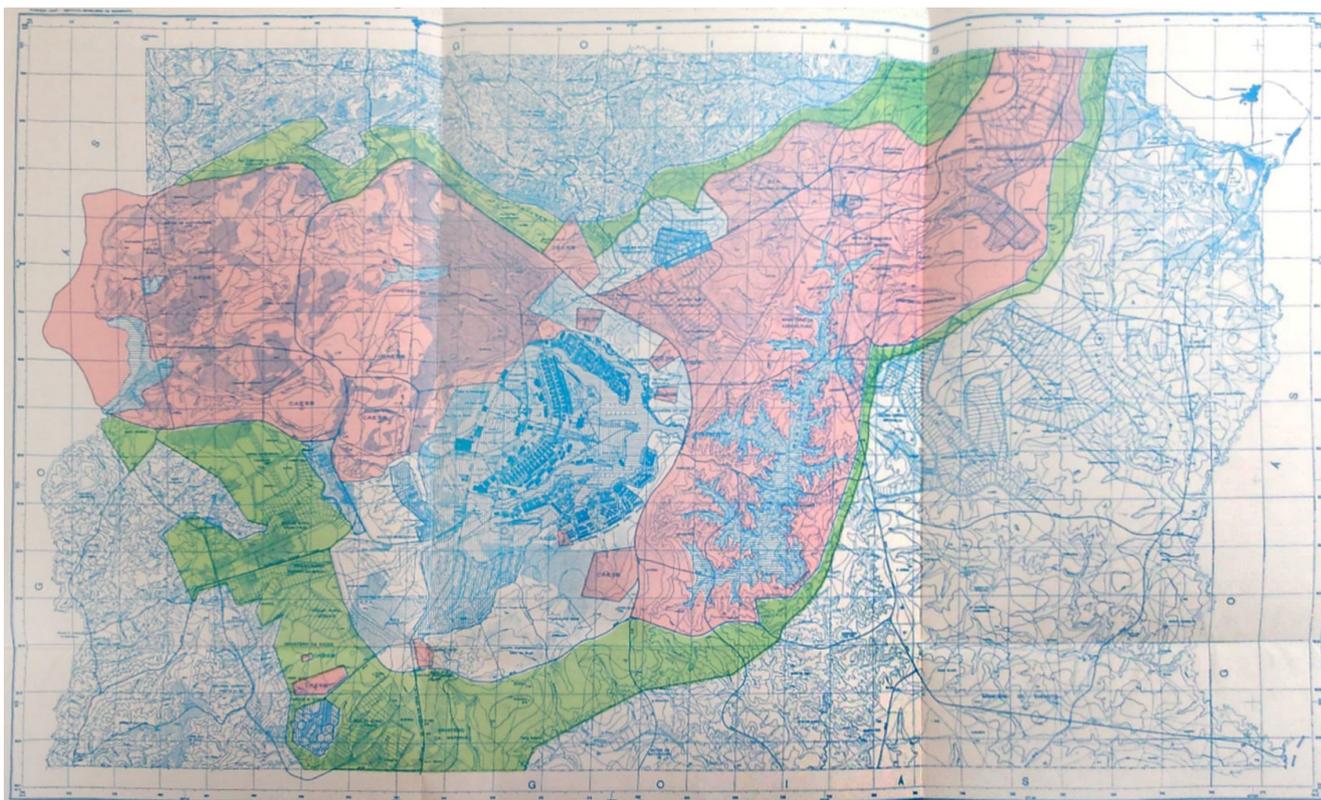
<sup>2</sup> A Codeplan iniciou suas atividades em 05 de dezembro de 1966 e manteve essa denominação até 2007, quando passou a se denominar Companhia de Planejamento do Distrito Federal. No mesmo ano, recebeu novas atribuições, vinculando-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal. Em 2022, a Codeplan entrou em liquidação e criou-se o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan, vinculado à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Codeplan já trabalhava na elaboração de um plano para o Distrito Federal e, no ano seguinte, expôs um relatório dos diagnósticos realizados ou em fase de finalização, relativos a habitação, orçamentos familiares, transporte, educação, comércio, indústria, energia e saúde. O relatório foi apresentado pelo general Bolívar Oscar Mascarenhas, presidente da Companhia, que havia sido interventor federal na Fundação Brasil Central em 1964. A partir de pressupostos similares aos do Planidro, então em elaboração, Mascarenhas (CODEPLAN, 1970a, p. 9-10) fez uma explícita defesa da segregação socioespacial: “os favelados não devem continuar a poluir o lago ou manchar a boa aparência urbanística e arquitetônica da capital e, portanto, devem ser transferidos para locais mais distantes do mercado de trabalho [situado no Plano Piloto]”. No seu entender, após a transferência daqueles habitantes, o ônus de seu transporte cotidiano para os locais centrais deveria ser arcado pelos moradores do Plano Piloto e pelo governo federal, que “seria o maior interessado em manter Brasília como cartão de visita nacional” (CODEPLAN, 1970a, p. 9-10). Esse trecho mostra preocupação não com as condições precárias de vida nas favelas, mas com suas implicações para o saneamento e para a imagem da capital.

Ainda em fins de 1970, veio à luz o I Plano de Desenvolvimento Integrado para o DF, publicado na forma de livro com mapas. Embora não seja usualmente mencionado em estudos acerca da história do planejamento do DF, é, em nosso entender, da maior relevância como um balanço da primeira década da capital e como conjunto de propostas em vários setores. Ali, o ideário fundador de Brasília é forte referência para o planejamento do território. Também há um alinhamento com planos federais em curso sob os governos de Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-74), prevendo-se contar com a iniciativa privada para desenvolver polos regionais de agropecuária, mineração e beneficiamento de metais.

Em um diagnóstico da situação de Brasília, o I Plano de Desenvolvimento Integrado veicula os argumentos, depois amplamente reiterados, de que a capital havia se tornado um “vigoroso polo de atração de migrantes” e a criação de cidades satélites antes que o Plano Piloto tivesse sido completamente ocupado teria sido uma “anomalia urbanística” (CODEPLAN, 1970b, p. 19 e p. 58). Nessa linha, os problemas de Brasília foram atribuídos ao modo como a capital teria sido construída – e a seus supostos “desvirtuamentos” ou “distorções” – mais do que a características de sua proposta original. Embora sem questionar as bases do projeto de Lúcio Costa, o Plano pondera que a peculiar configuração da capital exigia grandes investimentos na infraestrutura de transportes, em razão das grandes distâncias entre o Plano Piloto e as cidades satélites. A provisão do serviço de saneamento é também considerada muito problemática, reconhecendo-se que a maior parte das localidades urbanas do DF não dispunham de redes de esgoto (CODEPLAN, 1970b, p. 189).

Em sua proposta de ordenação do território, o I Plano de Desenvolvimento Integrado baseia-se no mapa do zoneamento sanitário proposto pelo Planidro e reafirma a intenção de evitar prejuízos ao ambiente, mas a principal diferença é uma definição mais específica – e menos extensa – das áreas para possíveis núcleos satélites (Figura 3). Por fim, recomenda-se situá-los no eixo formado por Taguatinga e Gama, a sudoeste do DF, justificando-se que ali haveria uma situação de topografia suave, “bastante isolada” do Plano Piloto, sem problemas sanitários e para onde a expansão de redes de serviços urbanos seria facilitada (CODEPLAN, 1970b, p. 189). Essa proposta estava



**Figura 3:** Distrito Federal - Implicações sanitárias da ocupação de áreas. Em vermelho, ocupação prejudicial; em verde, ocupação recomendável; em branco, ocupação com problemas sanitários; em hachurado na vertical, áreas urbanizadas. Fonte: CODEPLAN. *Esquema geral de trabalhos preliminares à elaboração do I Plano de desenvolvimento integrado do Distrito Federal.* Brasília, nov. 1969, p. 46-48.

ligada a um estudo de áreas, também a sudoeste, para implantação de um distrito industrial.

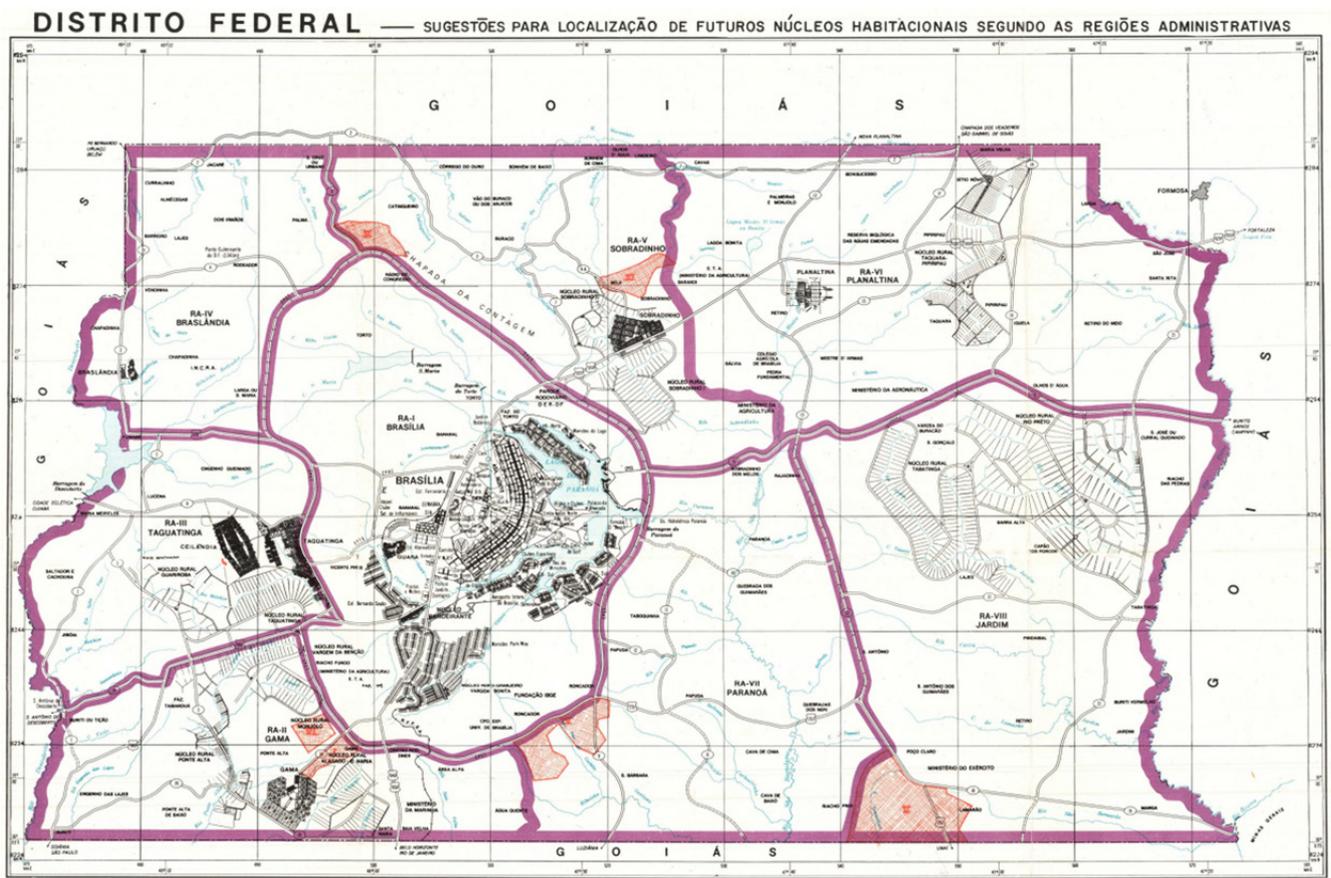
Em um desdobramento do I Plano Integrado, a Codeplan apresentou, em 1972, um estudo especificamente voltado para definir a localização de novos núcleos habitacionais no DF. O trabalho baseia-se em dados demográficos das cidades satélites então existentes ou em construção: Taguatinga, Gama, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Brazlândia, Guará I e II e Ceilândia. Estimam-se os lotes ocupados em cada uma delas – inclusive considerando que em vários casos havia mais de uma unidade residencial por lote – e fazem-se projeções de seu crescimento populacional, para estimar quando se daria sua saturação. Cogitam-se, como alternativas, aumentar as densidades das cidades satélites existentes por meio da ampliação dos gabaritos; expandi-las por meio de novos loteamentos ou ainda implantar novos núcleos, mas alerta-se que as duas primeiras alternativas – maior concentração ou expansão – poderiam causar problemas sociais em razão da pressão na infraestrutura de serviços urbanos. Estima-se que, por volta de 1980, a saturação demográfica das cidades satélites seria alcançada, devendo-se então se criar novos núcleos.

Essa análise de possíveis áreas do DF para implantação dos novos núcleos também assumiu como referência primordial o zoneamento sanitário proposto no Planidro em 1970 e, similarmente, afirma visar sobretudo a preservar os recursos naturais e

manter o equilíbrio ambiental. O estudo parte de seis áreas, distribuídas em vários pontos ao redor da faixa sanitária, ao norte, sul, sudeste e sudoeste do DF (Figura 4). Cada uma delas é avaliada em função de suas condições para implantação de redes de água, esgoto, energia, comunicações e serviços de transporte, do potencial de integração com os núcleos existentes, de aspectos físicos, das limitações territoriais e da presença de terras desapropriadas. Corroborando o I Plano integrado, conclui-se que a área I, situada na região do Gama, a 37 km do Plano Piloto, junto a um futuro Distrito Industrial e à atual rodovia DF-480, onde já havia núcleos rurais, seria a mais apropriada para a criação de um novo núcleo.

Como se vê, nesse período inicial de atuação da Codeplan há clara intenção de assegurar o ideário fundador de planejamento Brasília, baseado no paradigma da cidade central separada de cidades satélites situadas além da faixa sanitária. Novas cidades satélites são concebidas como núcleos residenciais dotados de uma infraestrutura básica de serviços urbanos e sociais, sem maior preocupação com sua autonomia funcional. Além disso, seriam destinadas a uma população em grande parte “das camadas de baixas rendas” (CODEPLAN, 1972, p. 61). Uma das áreas cogitadas, situada a sudeste do DF, foi excluída por estar “próxima a locais residenciais nobres de Brasília” (o setor de mansões Dom Bosco) e, por isso, julgou-se que deveria ser reservada para grupos de maior renda (CODEPLAN, 1972, p. 144). Ao que parece, assumiu-se o tipo do subúrbio dormitório de baixa densidade, segregado socialmente e à distância do centro.

**Figura 4:** Sugestões para localização de futuros núcleos habitacionais segundo as regiões administrativas. Em hachurado vermelho, áreas estudadas para possíveis novos núcleos satélites. A área I está na parte inferior esquerda do mapa. Fonte: CODEPLAN. Núcleos habitacionais futuros do Distrito Federal. Brasília, 1972, p. 40-42.



Nos planos mencionados até aqui, os métodos adotados remetem a uma racionalidade técnico-científica supostamente neutra e objetiva, sendo que decisões de planejamento são apresentadas como se fossem sobretudo resultado lógico de dados numéricos e cálculos estatísticos. Em discussões realizadas nos anos seguintes, porém, emergem polêmicas e visões mais críticas dos problemas sociais e da configuração espacial e territorial de Brasília.

### **Uma nascente metrópole? A capital em debates de meados dos anos de 1970**

A necessidade de planejamento foi a tônica do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, realizado entre 5 e 21 de agosto de 1974, por iniciativa de uma Comissão do Distrito Federal do Senado Federal, então presidida pelo senador Cattete Pinheiro. Numa das poucas análises mais detidas acerca desse evento, Thiago Perpétuo (2016) sugere que sua realização, naquele momento, pode ter sido uma resposta ao cenário de reaquecimento das obras de Brasília em meio ao chamado milagre econômico. Podemos acrescentar que o evento se inseria num contexto tanto nacional como local de crescente ênfase em atividades de planejamento.

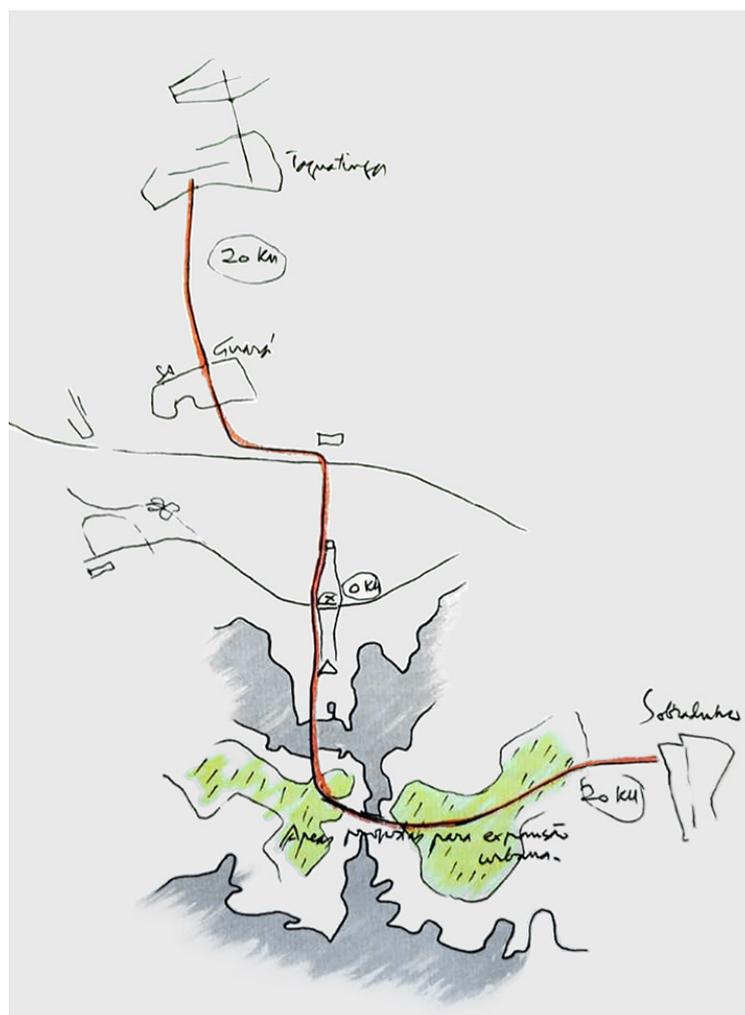
O Seminário reuniu Lúcio Costa, técnicos e especialistas envolvidos com a administração de Brasília em diferentes setores, representantes de associações de classe e professores da UnB. Ao que parece, o evento deveria ter ocorrido anos antes, pois, em carta de junho de 1971, Lúcio Costa agradeceu à Comissão o convite, mas afirmou que não pretendia rever Brasília. Não se sabe o que o teria levado a aceitar o convite em 1974, quando retornou à Brasília, nas palavras do jornal *Correio Braziliense*, “após uma ausência proposital de 14 anos” (ELMO APOIA..., 1974, p. 9). A fala do senador Cattete Pinheiro na abertura do evento deu o tom de boa parte dos debates: Brasília já despontava como metrópole e teria “sofrido distorções e erros tão graves de implantação” que não seria mais possível ignorá-los. (PINHEIRO, 1974, p. 15). Desse modo, os problemas de Brasília foram vistos como decorrência do modo como a capital foi construída e se desenvolveu, e não como intrínsecos a sua proposta inicial.

A perspectiva que Lúcio Costa manifestou, também já no início do evento, era um pouco distinta, pois, para ele, haveria problemas em Brasília, mas não algo grave ou insolúvel e sim “situações inconvenientíssimas, porém corrigíveis”, de modo que a principal preocupação daquele momento deveria ser criar condições para que o plano original alcançasse sua plenitude (COSTA, 1974, p. 25-27). Lúcio Costa considerou que a construção antecipada das cidades satélites teria sido um “desvirtuamento” e reiterou que seria fundamental evitar a urbanização ao longo das vias de conexão com o Plano Piloto, tal como havia proposto em 1957. Ao fim do evento, leu-se uma carta de Lúcio Costa (CARTA, 1974, p. 279-281) “reafirmando pontos fundamentais do Plano-Piloto de Brasília”, em que, sem alterar suas ideias originais, ele fez algumas novas propostas, tais como a construção de praças sobre a plataforma rodoviária e um “clube campestre popular” na orla do Lago Paranoá. Junto à carta, há um croqui esboçando a ideia de criar áreas de expansão urbana, ao leste, entre o Lago Paranoá e o Lago artificial de São Bartolomeu previsto no Planidro. Uma via de transporte rápido, para um possível monotrilho, ligaria as cidades satélites de Taguatinga e Guará, passaria pela ilharga sul da Esplanada Monumental, atravessaria o Lago Paranoá e, depois de

servir à nova área de expansão, chegaria a Sobradinho. Em nenhum de seus escritos anteriores há menção a essa proposta, podendo-se supor que teria sido formulada com base em questões levantadas durante os debates do Seminário (Figura 5). Ainda assim, para Lúcio Costa, o principal interesse era mesmo o Plano Piloto, pois, nas suas palavras, “o resto é grande demais para mim” (COSTA, 1974, p. 78).

Enquanto, para Lúcio Costa, tratava-se fundamentalmente de reafirmar o projeto original do Plano Piloto, outros participantes avançaram na reflexão sobre problemas de Brasília e indagaram sobre o seu papel como capital. O intenso crescimento demográfico por conta das migrações foi um tópico fundamental. Ao passo que as principais obras de implantação da capital estavam se completando, temia-se que o setor de construção não pudesse continuar a absorver os trabalhadores que continuavam a chegar ali. Para o professor de Economia Dércio Garcia Munhoz, a cidade deveria voltar a “sua vocação de centro administrativo, que é realmente seu fim” (MUNHOZ, 1974, p. 60). Já o arquiteto Amílcar Coelho Chaves (1974, p. 162) questionou: “O Plano-piloto tem função exclusiva de cidade administrativa? Esta premissa original será mantida?”.

**Figura 5:** Croqui de proposta de Lúcio Costa para linha de transporte coletivo rápido (em vermelho), 1974. Fonte: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 287.



Também reconhecendo o intenso fluxo migratório para Brasília, outros participantes concentraram-se na discussão sobre o modo como o planejamento deveria atuar no controle da expansão urbana do DF. Aldo Paviani e Ignez da Costa Ferreira (1974) consideraram fundamental ver o DF como um território com população concentrada numa periferia altamente dependente do Plano Piloto. Nessa linha, conforme alertaram também José Carlos Coutinho (1974) e Frederico de Holanda (1974), não caberia separar soluções para o conjunto das cidades satélites ou para o Plano Piloto, pois o problema teria de ser abordado como um todo. Várias conferências consideraram que Brasília já se encontrava em processo de metropolização e, por isso, era necessário evitar, por meio do planejamento, que tivesse os problemas de áreas metropolitanas tradicionais.

Algumas dessas discussões foram retomadas dois anos depois, no Seminário de Planejamento Governamental (SEPLAG), realizado no auditório do Palácio do Itamaraty, entre 21 e 26 de novembro de 1976. O evento reuniu conferencistas brasileiros e estrangeiros, representantes de órgãos da administração do governo, de entidades e de autarquias, do DF, do governo federal e de vários estados. Os registros do SEPLAG, publicados em seis volumes, expressam sobretudo uma visão administrativa do planejamento do território; no entanto, trazem também relevantes discussões sobre o papel de Brasília e sua inserção regional.

Uma das polêmicas ali colocada foi a de reconhecer Brasília como possível metrópole. Para o geógrafo Aldo Paviani, a capital não teria população e integração em níveis que permitiriam, segundo as definições de então do IBGE, considerá-la como tal, embora na escala local do DF fosse “comparável às demais metrópoles” (SEPLAG, 1976, v. 3, p. 126). Já um coordenador de sessão, cujo nome não é identificado, argumentou que a acentuada urbanização de áreas periféricas a um núcleo principal era fenômeno clássico de áreas metropolitanas. Por sua vez, na visão do arquiteto espanhol Fernando de Terán, não importava se Brasília já seria ou não metrópole, mas sim a perspectiva de vir a se converter em área metropolitana estratégica ao país. No seu entender, seria possível pensar num conceito de área metropolitana “como um território polinuclear estruturado com base em infraestrutura de comunicação”, sem contradição com o objetivo de organização da região, de modo que o Plano Piloto atuaria como “centro direcional”, ou seja, “lugar especializado e singular de concentração de atividades terciárias e quaternárias da cidade-região, da cidade-território” (SEPLAG, 1976, v. 3, p. 185). Uma das conclusões do SEPLAG foi, enfim, a de que o DF já estava inserido numa região metropolitana e, por isso, seu planejamento deveria envolver organismos multiestaduais e intermunicipais. Além disso, assegurou-se que não haveria “incompatibilidade entre os papéis de Brasília como Capital Federal e Centro de Irradiação de Desenvolvimento” (SEPLAG, 1976, v.6, p. 48), sendo que ambas as dimensões deveriam ser consideradas em seu planejamento.

Nas discussões ocorridas nos Seminários de 1974 e 76, há certa divergência quanto ao próprio conceito de metrópole (ou área ou região metropolitana), ora referido como mancha urbana extensa e caracterizada por uma problemática relação centro-periferia, ora como possível território polinuclear e organizado por infraestrutura. De qualquer modo, são noções bem distintas daquela adotada na já citada legislação de meados dos anos 1960 e no I Plano Integrado de 1970, em que a área denominada metropolitana tinha caráter restrito ao Plano Piloto e seu entorno imediato. Tais

discussões parecem ecoar a relevância que o tema da metrópole vinha adquirindo no país. Em 1967, a Constituição já havia instituído a possibilidade de se criarem regiões metropolitanas, mais tarde, mencionadas também em estratégias previstas em Planos Nacionais de Desenvolvimento. As primeiras regiões metropolitanas foram instituídas por Leis complementares de 1973 e 1974. Tratava-se então de assegurar mecanismos de gestão para os territórios metropolitanos que se pretendia estruturar, com serviços e projetos compartilhados pelos municípios envolvidos em cada um deles. No entanto, apesar dessa institucionalização, os critérios para a definição de metrópole e de sua área de influência permaneciam pouco claros.

## Planos para a região e o território de Brasília

As iniciativas de planejamento de Brasília nos anos de 1970 podem ser situadas num contexto mais amplo de programas voltados para a modernização do Centro-Oeste e sua integração produtiva ao território nacional. O I e o II PND estabeleceram como diretriz a integração nacional por meio da implantação de polos regionais e do desenvolvimento de regiões, particularmente do Nordeste e da Amazônia, conforme já vinha apontando o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-66). Para a região Centro-Oeste, a intenção era inseri-la no contexto produtivo nacional por meio da expansão da fronteira agrícola, absorvendo parte dos fluxos de migrantes do Nordeste e, já no I PND, articulando-a com outras regiões por meio da criação de uma “região geoeconômica de Brasília”. Ao lado de uma mais efetiva ação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO, 1967), nos anos de 1970, criaram-se também o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE, 1971), o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO, 1973) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO, 1975).

Entre os programas criados em alinhamento com o II PND e administrados pela SUDECO, o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb, 1975), destaca-se por colocar de modo mais claro o papel de Brasília como capital inserida numa ampla área a ela ligada. Um levantamento publicado pela Codeplan (1987) identificou quase cento e quarenta obras produzidas por órgãos de governo ou pesquisadores acadêmicos, desde 1970, tratando da região geoeconômica de Brasília e do Entorno do DF. Trata-se de análises, diagnósticos, propostas, estudos, anais de encontros, relatórios, levantamentos, planos e programas, abarcando desde folhetos a extensos trabalhos, publicados na maior parte pela Codeplan, mas também por outros órgãos do GDF e pela SUDECO. Identificam-se três principais períodos de produção desses trabalhos: o período posterior ao I PND (1972) e anterior ao Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb, 1975), quando a principal preocupação é a definição da área de influência de Brasília e a organização regional; o período de execução e avaliação do Pergeb; e, por último, o período iniciado em 1981, quando o termo Entorno passou a ser usado oficialmente e os problemas dos municípios ali situados são levantados de modo mais específico.

O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb), apresentado em janeiro de 1975, é um documento sucinto, cujo objetivo é “propiciar à região de influência de Brasília condições de desenvolvimento mais equilibrado e consentâneo com o da Capital da República” (CDE, 1975, s. p.). O Pergeb considera Brasília “cidade administrativa por excelência” e mostra preocupação com os problemas



função fundamental de capital e considerou que o DF não teria “uma importante missão econômica a cumprir”, por isso, ali os empreendimentos industriais deveriam se manter “bem modestos”. (DUARTE, 1981, p. 11-12). Para Ferreira e Steinberger (2005), a ideia de região que prevaleceu no Pergeb estava mesmo mais voltada para o objetivo de preservar a função de capital do que para a integração nacional.

Conforme concluiu o já citado levantamento da Codeplan, o Pergeb não teve efetividade em razão da falta de articulação entre órgãos e governos, de falhas de planejamento nele contidas e da carência de recursos financeiros nos municípios. Além disso, conforme salientaram vários autores (ABREU, 2001; FREITAG, 2012; SOUZA, 2017), as estratégias adotadas em programas para o desenvolvimento da região, baseadas na modernização da agropecuária, levavam ao êxodo rural, em conflito com os objetivos de absorver migrantes.

Ainda em fins dos anos 1970, em articulação com o II PND e com o Pergeb, veio à luz o mais completo plano formulado até então para a dimensão urbana e territorial do DF. O Plano Estrutural de Organização Territorial (Peot), elaborado em 1977 e homologado pelo Decreto 4.049 de 10 de janeiro de 1978, retoma planos, instrumentos e métodos que vinham sendo propostos desde o início da década. O objetivo de assegurar a função político-administrativa da capital é primordial, mas há uma meta inovadora de criar “núcleos tão autônomos quanto possível, em termos de emprego, equipamentos

**Figura 7:** Proposta final do Plano Estrutural de Organização Territorial do DF. A sudoeste do DF, veem-se as “vias de transporte rápido”, pontuadas por “áreas centrais urbanas”, a que se juntam as manchas dos “novos assentamentos habitacionais” e, ao seu redor, “áreas complementares”, onde há locais para “indústria e abastecimento” e para universidades. Fonte: SE-PLAN/GDF. *Plano Estrutural de Organização Territorial do DF*. Brasília: GDF, 1977, s.p.



e serviços” (SEPLAN/GDF,1977, v. 1, p. 146). A intenção era, em síntese, atenuar um cenário em que: “a periferia tende à concentração de população, o Plano Piloto tende à concentração de empregos” (SEPLAN/GDF,1977, v 2, p. 125). Assume-se que Brasília seria já “uma região metropolitana de pequeno porte”, pois era um “polo catalizador de outros núcleos” e, ainda que com menor população, tinha problemas semelhantes aos das denominadas regiões metropolitanas. (SEPLAN/GDF,1977, v. 2, p. 71-72).

À semelhança de planos realizados desde o ano de 1970 e sem deixar de mencionar o zoneamento sanitário proposto no Planidro, parte-se da hipótese de que quando houvesse saturação demográfica das localidades existentes — ali estimada com base na capacidade dos mananciais de água — seria necessário implantar novos núcleos habitacionais. Tal como já vinha fazendo a Codeplan, o Peot também se baseia na proposição de alternativas de ocupação e, a partir de uma série de critérios a que se atribuem valores numéricos, chega a uma conclusão quanto à alternativa escolhida. A Companhia de Água e Esgoto (CAESB) e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (GEIPOT) participaram desse processo e contribuíram para que os setores de saneamento e transporte tivessem papel fundamental na escolha da alternativa de localização dos novos assentamentos.

O Peot também enfatizou, como já vinha sendo feito em planos anteriores, o quadrante sudoeste do DF (Figura 7). Ali se previu um aglomerado urbano denso e articulado, na forma de um “polinucleamento linear”, ao longo de um “eixo de transporte de massa”, partindo de uma área adjacente ao conjunto Ceilândia-Taguatinga, englobando o Gama e estendendo-se até o município de Luziânia. Essa proposta considerava que Taguatinga já seria então o mais dinâmico entre os núcleos periféricos em termos de atividades comerciais e industriais. Há ainda uma ênfase na escala do desenho urbano – o que não se viu em anteriores planos aqui analisados – provavelmente relacionada com a difusão das teorias de morfologia urbana no meio profissional brasileiro.

### **Considerações finais: Brasília, capital e metrópole**

Ao trazer à luz várias propostas e discussões acerca do planejamento de Brasília depois do golpe de 1964 e, principalmente, na década de 1970, esta análise buscou mostrar um processo mais contínuo do que sugerem os estudos voltados apenas para os grandes planos de organização físico-territorial do DF. As determinações de planejamento de Brasília foram aqui entendidas como parte de um conjunto amplo de propostas, abarcando vários setores e articulando a escala territorial, a escala nacional e a escala da região Centro-Oeste.

Nos planos para o DF, pôde-se ver uma permanente intenção de manter o ideário fundador de Brasília, no entanto, também emergiram novas questões e, em certa medida, reelaboraram-se conceitos e instrumentos. Tomando por base a ideia de faixa sanitária definida em fins dos anos de 1950, o setor de saneamento, ao lado do setor de transportes, tornou-se fundamental para orientar a expansão urbana e nortear a criação ou consolidação de núcleos satélites, sobretudo a sudoeste do território. Há certa mudança no modo de se conceber tais núcleos. Se, no início da década de 1970 predomina a visão do subúrbio-dormitório para populações pobres, já em 1977

recomenda-se estimular a autonomia funcional dos núcleos existentes, privilegiando-se o desenvolvimento do aglomerado Taguatinga-Ceilândia.

Nas discussões desse período, a aparente incompatibilidade entre ser metrópole e ser capital foi frequentemente evocada, mas, parece haver uma tendência de assumir a formação metropolitana da capital como dado. Conforme salientou Sergio Souza (2017), a dimensão metropolitana e a dimensão regional da capital permaneceram pouco articuladas em termos de seu planejamento e, a partir dos anos 1980, as discussões sobre a metrópole viriam mesmo se sobrepor à temática regional.

A constatação de que Brasília tinha passado a apresentar problemas similares aos de outras metrópoles do país tornou-se generalizada ao fim do período aqui estudado. No entanto, como se viu, o caráter ímpar de capital nacional planejada segundo um ideário modernista moldou sua expansão e impôs peculiares desafios a seu planejamento. A década de 1970 foi fundamental para o reconhecimento de problemas que permanecem críticos em Brasília, tais como a concentração de renda e empregos no Plano Piloto, as grandes distâncias entre o centro e os núcleos periféricos, a ineficiência no sistema de transporte e a presença de grandes espaços centrais e pouco ocupados no território, porém considerados impróprios para urbanização. Foi também naquele momento que se tomou consciência do dado, hoje incontornável, de que as políticas urbanas do DF não podem ser concebidas sem considerar sua forte ligação com os municípios vizinhos.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no “Espaço Mato-Grossense”*. Contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALMEIDA, Wanderly J. Manso. *Abastecimento de água à população urbana: uma avaliação do Planasa*. Rio de Janeiro. Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1977.
- BARROCAS, Paulo R. G.; MORAES, Flavia F. de M.; SOUSA, Ana Cristina A. de. Saneamento é saúde? O saneamento no campo da saúde coletiva. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 26 (1), jan.-mar. 2019.
- BERRY, Brian J. L. Generalization of the metropolitan area concept. 1967. *Proceedings of the Social Statistics Section of the American Statistical Association*, 1967, p. 86-91. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/IDFUV>> Acesso: 12 out. 2023.
- BIER, A.; PAULANI, L.; MESSENERG, R. A crise do saneamento no Brasil: reforma tributária, uma falsa resposta. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 18, n. 1, p. 161-196, 1988.
- BRASÍLIA: *revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*. Rio de Janeiro, Novacap, n. 20, ago. 1958.
- BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 1. ed. Brasília: Sinduscon, 2010.
- CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília. *Plano Diretor de Água, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal*. Brasília, DF: CAESB, 1970.
- CAMPOS, Humberto de; BNH (BRASIL); CODEPLAN. *Subsídios para uma política de desenvolvimento para o Entorno do Distrito Federal*. Brasília: Codeplan, 1988. 2 v.
- CAMPOS, Pedro Henrique. Interesses empresariais e a política de saneamento urbano durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988): a construção da lógica dos grandes projetos e das grandes soluções. *Revista Maracanan*, n. 27, mai./ago., p. 240-260, 2021.

- CDE - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília*. Brasília: Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Coordenadoria de Comunicação Social, 1975.
- CHAVES, Amílcar C. Subsídios para um planejamento urbano do Distrito Federal. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 159-163.
- CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. 2011. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012. doi:10.11606/T.18.2012.tde-04042013-101944.
- COMISSÃO de Cooperação para Mudança da Capital Federal. Relatório anual. Comissão de Localização da Nova Capital Federal. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1955.
- CODEPLAN. *Aspectos sobre a CODEPLAN, seus trabalhos e alguns resultados destes*. Brasília, set. 1970a.
- CODEPLAN. *Esquema geral de trabalhos preliminares à elaboração do I Plano de desenvolvimento integrado do Distrito Federal*. Brasília, nov. 1969.
- CODEPLAN. *Núcleos habitacionais futuros do Distrito Federal*. Brasília, Codeplan, 1972.
- CODEPLAN. *I Plano de Desenvolvimento integrado para o Distrito Federal 1971/1973*. Brasília: Codeplan, 1970b.
- COSTA, Lúcio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 21-29.
- CARTA do Dr. Lúcio Costa ao Senador Cattete Pinheiro reafirmando pontos fundamentais do Plano-Piloto de Brasília. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 279-281.
- COUTINHO, José C. Brasília: Cidade nova ou cidade velha? Alternativa para um futuro melhor. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 33-36.
- DUARTE, Cel. Armando Renan D'Ávila. *O papel de Brasília no desenvolvimento da região geoeconômica*. [Palestra proferida na Associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra]. Brasília: GDF, 1981.
- ELMO APOIA debates sobre urbanismo. *Correio Braziliense*, 1974, ed. 04514, p. 9. Brasília, 2 ago. 1974.
- FARRET, Ricardo Libanez; SANTANA, R. N. Monteiro de. *A rede urbana da região geo-econômica de Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 1973.
- FARRET, Ricardo L. Brasília e o seu planejamento territorial: novas escalas, novas demandas e novos paradigmas. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território*, v.7, n.2 (2016), p. 1-17. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/19093>>. Acesso em: 2 nov.2023.
- FERREIRA, I. C. B., STEINBERGER, M. O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. *Cadernos Metrôpole*, (14), 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8788>> Acesso em: 2 nov. 2023.
- FREITAG, P., FARIA, R. S. Pensar Brasília e o Distrito Federal: entre o planejamento urbano regional e o planejamento nacional (1966-1975/1984). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.13, e20200257, 2021. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200257>.
- FREITAG, Patrícia Batista. *A institucionalização do planejamento regional de Brasília: o FUNDEFE e o PERGEB sob a lógica da metropolização*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

- HOLANDA, Frederico de. Problemas sociais e econômicos e as funções básicas da cidade. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 215-218.
- IBGE. *Regiões de influência das cidades, 2018*. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728\\_folder.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf)> Acesso em: 2 nov.2023.
- JORGE, Wilson Edson. *A avaliação da política nacional de saneamento pós 1964*. Pós, FAUUSP. V. 1, n2, dez. 1992, p. 21-34.
- MUNHOZ, Dércio G; Brasília - um planejamento que se impõe. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 51-60.
- OLIVEIRA, Gesner. *A articulação entre regulação, defesa da concorrência e proteção do consumidor nos setores de telecomunicações, energia elétrica e saneamento básico*. Relatório de pesquisa. São Paulo: FGV/EAESP/NPP, n.54, 2001. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ikvz1>> Acesso em: 2 nov. 2023.
- OLIVEIRA, Rômulo Andrade de. *Brasília e o paradigma modernista: planejamento urbano do moderno atraso*. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PAVIANI, A. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A. *et al* (Org.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: EDUnB, 2010, p. 227- 252.
- PAVIANI, A.; FERREIRA, Ignez C. B, Cidades-satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 41-50.
- PELUSO, M. L.; CIDADE, Lúcia Cony F. Meio ambiente, expansão urbana e desafios territoriais em Brasília. In: III ENANPARQ, 2014, São Paulo. *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: Mackenzie, 2014. v. 1. p. 1-11.
- PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.
- PINHEIRO, Cattete. Brasília - cidade contemporânea do futuro. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 15-17.
- SEPLAG. *Seminário de Planejamento Governamental de Brasília*. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1976. 6 v.
- SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974.
- SEPLAN/GDF. *Plano Estrutural de Organização Territorial do DF*. Brasília: GDF, 1977. 2v.
- SETTI, Arnaldo Augusto *et al*. *O saneamento no Distrito Federal: aspectos culturais e socioeconômicos*. Brasília: [s.l.], 2005.
- SOUSA, Ana Cristina A. de; COSTA, Nilson do Rosário. Política de saneamento básico no Brasil: discussão de uma trajetória. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, jul.-set. 2016, p.615-634.
- SOUZA, Sergio M. G. Gestão regional e metropolitana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF): arranjo institucional, agentes e políticas públicas. *Élisée, Rev. Geo*. UEG – Porangatu, v.6, n.2, p.09-28, jul./dez. 2017.
- VIEIRA, Tamara Rangel. *Uma clareira no sertão? Saúde, nação e região na construção de Brasília (1956-1960)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz/ Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, 2007.

Recebido [Nov. 08, 2023]

Aprovado [Mai. 22, 2024]